

Domingo, 19 de fevereiro de 2023

Sindsprev-PE convocará categoria para analisar proposta de reajuste salarial apresentada pelo governo Lula

Muita coisa é capaz de mudar em um período de seis anos. Um time de futebol é capaz de sair da série A do brasileirão direto para a série D. Casamentos começam e acabam. Governos entram e saem. Mas de todas essas mudanças uma coisa tem permanecido a mesma nesses últimos anos. O salário dos servidores federais permanece sem reajuste. Ou pelo menos permanecia. Na manhã da última quinta-feira (16) o governo federal realizou a primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação permanente com servidores federais. A reunião foi extremamente importante, apesar do resultado não ter sido exatamente o que desejamos.

Vale ressaltar aqui algo muito significativo, o governo anterior jamais se propôs a sentar e negociar com a nossa categoria sobre absolutamente nada. Não havia propostas ou sequer qualquer tipo de diálogo. A mesa de negociação permanente já se configura como um avanço grande no que diz respeito à oportunidade de sermos ouvidos e das nossas reivindicações serem levadas a sério. Com isto dito, porém, o Sindsprev-PE reafirma o nosso compromisso em acompanhar tudo de perto e agir sempre que necessário para que os nossos interesses sejam considerados.

O Secretário Sérgio Mendonça trouxe a previsão orçamentária para o ano de 2023 e afirmou que o valor previsto para reajuste de salários e benefícios é de 11,2 bilhões, que é o limite orçamentário para este ano. Nesse primeiro momento, a expectativa do governo é discutir o reajuste apenas para o ano de 2023, tratado como algo emergencial, para posteriormente debater a Lei Orçamentária Anual e reajustes para 2024. Nesse aspecto, o governo se mostrou aberto e compromissado para avançar nas negociações sobre os reajustes para o ano que vem.

Após um longo debate com as entidades presentes, Sérgio Mendonça deixou como encaminhamento a apresentação de uma proposta com os seguintes índices de reajuste: Para reajuste no mês de março – aproximadamente 7,8%; Para o mês de abril – 8,5 %; Para o mês de maio – 9 %. As entidades teriam que optar por uma das propostas a serem apresentadas, em qualquer um dos casos, para compensar a porcentagem do reajuste que foi proposta, o aumento do vale alimentação seria de 44%. Nesse primeiro momento também não houve sinalização sobre o reajuste do per capita da saúde.

Há um entendimento por parte das entidades sindicais da existência de um teto de gastos e por isso foi proposto que esse reajuste da alimentação ficasse fora do teto proposto pelo governo, possibilitando assim um percentual de reajuste salarial maior que ainda será analisado e discutido posteriormente.

O documento do ministério, assinado pelo secretário de Gestão e Relações de Trabalho, Sérgio Mendonça, também traz algumas respostas a pautas não-remuneratórias. Entre elas, o compromisso de “fazer gestão junto ao Congresso Nacional para a retirada da PEC-32/2020”, projeto referente à reforma administrativa que o governo Bolsonaro não conseguiu aprovar.

De acordo com informações do Painel Estatístico de Pessoal, do Ministério do Planejamento, há cerca de 560 mil servidores públicos na ativa no Executivo, sendo 47% na administração direta federal, 39,7% em autarquias federais e 12,9% em fundações federais.

As entidades sindicais já propuseram a realização de um dia de mobilização, com ato em Brasília, em 28 de fevereiro. Data em que haverá uma nova rodada de negociação com o governo federal. O Sindsprev-PE, após essa segunda rodada, irá realizar uma assembleia com a nossa categoria para assim tomar uma decisão se aceitará ou não as propostas finais apresentadas.